

Panorama dos projetos de Educação Ambiental no Distrito Federal segundo a Escola da Natureza

Overview of Distrito Federal's Environmental Education projects according to the School of Nature

Guilherme Nogueira Dias
Universidade de Brasília
guilhermenogueiradias@hotmail.com

Resumo

A Educação Ambiental pode contribuir de forma significativa para educar cidadãos acerca de seus direitos e deveres. No Brasil, foi criado um Programa Nacional de Educação Ambiental para incentivar ações educativas com foco ambiental. No Distrito Federal, projetos interdisciplinares trabalham as questões ambientais com intuito de formar cidadãos com consciência ecológica. A Escola da Natureza é uma instituição pública criada para fomentar iniciativas educacionais de cunho ambiental. A partir de um catálogo publicado por essa instituição, o artigo busca elaborar o perfil dos projetos de Educação Ambiental nas escolas públicas de Ensino Básico do Distrito Federal. A análise dos dados possibilita afirmar que, passados quatorze anos, a Escola da Natureza não conseguiu cumprir suas metas de maneira eficaz e sua influência nas escolas públicas é insuficiente.

Palavras chave: educação ambiental, Distrito Federal, educação básica

Abstract

Environmental education can contribute significantly to educate citizens about their rights and duties. In Brazil, a National Environmental Education was created to encourage educational activities with an environmental focus. In the Distrito Federal, interdisciplinary projects uses environmental issues with aim of forming environmentally conscious citizens. The Nature School is a public institution established to promote educational initiatives of environmental nature. From a catalog published by the institution, the article seeks to elaborate the profile of Environmental Education projects in the public schools of Basic Education of the Distrito Federal. Data analysis enables us to state that, fourteen years after its creation, the Nature School failed to meet its goals effectively and its influence in public schools is insufficient.

Key words: enviromental education, Distrito Federal, basic education

Introdução:

A Educação Ambiental (EA) tem papel importante na educação de cidadãos, tornando-os aptos a exercer seus direitos e cumprir com seus deveres para com a sociedade da qual fazem parte.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento que norteia a educação básica no Brasil, a Educação Ambiental é tratada como tema de relevância para o desenvolvimento da criticidade dos cidadãos brasileiros. O documento propõe ações interdisciplinares com foco ambiental para que o jovem aprenda a relacionar as disciplinas escolares com a realidade que o cerca e assim, a partir da integração entre seus conhecimentos prévios e os conhecimentos científicos, aprenda a intervir de forma consciente no meio em que vive.

Assim, a consciência desse caráter interdisciplinar ou transdisciplinar, numa visão sistêmica, sem cancelar o caráter necessariamente disciplinar do conhecimento científico, mas completando-o, estimula a percepção da inter-relação entre os fenômenos, essencial para boa parte das tecnologias, para a compreensão da problemática ambiental e para o desenvolvimento de uma visão articulada do ser humano em seu meio natural, como construtor e transformador deste meio. (Brasil, 2000, p. 9)

As diretrizes pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), documento baseado nos PCN e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também propõem o ensino de Educação Ambiental como um tema transversal, capaz de fazer a integração entre disciplinas.

A integração das Áreas de Conhecimento ao desenvolvimento de Temas Transversais adequados à realidade, como os relacionados à Educação Ambiental, Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Trabalho, Ciência, Tecnologia, Cultura, Empreendedorismo e Serviço Voluntário, entre outros, propiciam a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e a atualização de conhecimentos e valores em uma perspectiva crítica, responsável e contextualizada. (BRASÍLIA, 2009, p.42)

Em 1997, no Distrito Federal, foi criada a Escola da Natureza (EN), instituição pública com o intuito de fomentar atividades de Educação Ambiental nas escolas da rede pública de Ensino Básico do Distrito Federal. Através de cursos, palestras, eventos e outros tipos de interações entre as instituições supracitadas buscava-se mobilizar a comunidade escolar e despertar sua atenção para assuntos como desenvolvimento sustentável e o exercício da cidadania.

Ao se analisar a influência da Escola da Natureza no cotidiano do ensino básico do Distrito Federal quatorze anos depois de sua fundação, percebe-se que a mesma falhou em alcançar seus objetivos. Baseado em um catálogo da rede de Educadores Ambientais do DF, elaborado pela Escola da Natureza e publicado em 2010, e dados da Secretaria de Educação do Distrito Federal, busca-se traçar um panorama dos projetos de Educação Ambiental nas escolas públicas de Ensino Básico, discutir e relativizar os dados obtidos e argumentar acerca das razões do fracasso aparente da iniciativa. É importante citar que a análise esbarra na fidedignidade dos dados, pois a SEDF não possui um registro completo das instituições com projetos ambientais e o catálogo da Escola da Natureza pode conter informações falsas dadas

pelas gestões das escolas públicas para se apresentarem como comprometidas com a causa ambiental. No entanto, a importância do presente artigo reside justamente na tentativa de ser marco inicial para um levantamento sério das escolas comprometidas com a EA. Além disso, questões debatidas nos cursos de formação de professores, seja na graduação ou na pós-graduação são levantadas.

Histórico da educação ambiental nas escolas públicas do Distrito Federal:

A introdução da Educação Ambiental (EA) nas escolas brasileiras se deu através de uma iniciativa conjunta entre a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) no final da década de 70. O projeto se destinava apenas às séries do que hoje é denominado Ensino Fundamental (1^a à 8^a séries).

Em 1988, com proposta de criar e executar projetos de EA para as escolas públicas do Distrito Federal foi firmado o primeiro convênio entre a SEMA e a FEDF. Em 1989, é criada a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, com uma seção denominada Gerência de Educação Ambiental. No início da década de 90, alguns centros denominados Núcleos de Educação Ambiental (NEA) foram criados com objetivo de criar e implementar oficinas de arte e educação e alimentação alternativa. Os três primeiros NEAs criados foram os do Parque Três Meninas na cidade de Samambaia, do Museu Vivo da Memória Candanga no Núcleo Bandeirante e o do Jaburu, localizado na área verde do palácio do vice-presidente da República, em Brasília.

Outros projetos de destaque da SEMATEC foram a campanha Cerrado Sempre Vivo e o projeto Ação Cerradim e Seus Amigos, que focava alunos da quarta série do ensino fundamental e objetivava desenvolver a solidariedade, demonstrar a importância de conservar os recursos naturais e conceitos como a reutilização e a reciclagem de materiais.

Em 1997, foi criada a Escola da Natureza, com o intuito de movimentar a comunidade escolar da rede pública com atividades relacionadas à EA. A Escola da Natureza busca fornecer formação continuada aos educadores, e outros meios para a implementação de projetos educativos ambientais, visando solidificar a EA nas escolas públicas brasileiras.

Em 2000, a SEMATEC se transformou em Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMARH), e posteriormente, em 2007 esta secretaria foi extinta e foi criado o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM), que é o responsável por formular e coordenar políticas públicas de Educação Ambiental.

Análise do número e dos tipos de projetos de EA das escolas de Ensino Básico do DF catalogados pela Escola da Natureza:

De acordo com dados da Secretaria de Educação, o Distrito Federal possui 640 instituições educacionais de Ensino Básico (Fundamental e Médio). Dessas, 564 estão situadas em localidades urbanas e o restante em áreas rurais. Existem 22 Centros de Educação Infantil (CEI), 26 Jardins de Infância (JI), 14 Centros de Atendimento Integrado da Criança (CAIC), 313 Escolas Classe (EC), 163 Centros de Ensino Fundamental (CEF), 5 Escolas Parque (EP), 8 Centros Interescolares de Línguas (CIL), 13 Centros de Ensino Especial (CEE), 41 Centros Educacionais (CED), 33 Centros de Ensino Médio (CEM), 1 Centro de Educação para jovens e adultos (EJA) e 1 Centro de Ensino Médio Integral (CEMI). As escolas são subordinadas a órgãos denominados Diretorias Regionais de Ensino (DRE). A DRE responsável pelo maior

número de instituições educacionais é a do Plano Piloto / Cruzeiro, com 100 escolas. A de São Sebastião é a que possui a menor quantidade, 22 escolas.

Segundo o catálogo da rede de Educadores Ambientais do DF, elaborado pela Escola da Natureza em 2010, os projetos de Educação Ambiental nas escolas públicas de Ensino Básico do Distrito Federal estão distribuídos segundo a tabela abaixo:

DRE	Total de escolas	Número de projetos	Porcentagem (%)
Brazlândia	29	5	17,2
Ceilândia	88	19	21,6
Gama	50	11	22,0
Guará	25	4	16,0
Núcleo Bandeirante	33	3	9,1
Paranoá	30	5	16,7
Planaltina	64	18	28,1
Plano Piloto / Cruzeiro	100	37	37
Recanto das Emas	24	5	20,8
Samambaia	39	5	12,8
Santa Maria	26	6	23,1
São Sebastião	22	6	27,3
Sobradinho	46	9	19,6
Taguatinga	65	13	20,0

Tabela 1: Número de escolas por DRE x Número de escolas com projetos catalogados

A porcentagem de escolas que cadastraram seus projetos de Educação Ambiental no site da Escola da Natureza é pequena. A Diretoria Regional de Ensino com a maior porcentagem de projetos cadastrados é a do Plano Piloto / Cruzeiro (37%) e a de menor porcentagem (9,1%) é a do Núcleo Bandeirante. Duas hipóteses surgem para explicar a pequena fração de projetos catalogados em relação ao número de escolas. A primeira é que parte das escolas não efetuou o cadastro, o que demonstra a falta de comunicação entre as instituições escolares, a Diretoria Regional de Ensino e a Escola da Natureza. É importante que haja a interação entre os participantes da rede educacional para o melhor desenvolvimento dos projetos, pois a Escola da Natureza tem como objetivo fornecer capacitação para os profissionais envolvidos, através de oficinas, cursos e palestras. A outra hipótese, mais alarmante, é de que grande parte das escolas públicas não possui projetos de Educação Ambiental. Não há justificativa plausível para a ausência de EA nas escolas, visto que tanto nas Diretrizes Curriculares da Secretaria de Educação do Distrito Federal quanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação está descrita a importância da Educação Ambiental para a formação de cidadãos críticos capazes de agir sobre o ambiente de forma responsável.

Ao se investigar em que tipo de instituição educacional os projetos de Educação Ambiental são realizados, outro dado salta às vistas.

DRE	Nº de projetos	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Especial	Outros
Brazlândia	5	2	3	0	0
Ceilândia	19	1	17	1	0
Gama	11	1	9	1	0
Guará	4	0	4	0	0
Núcleo Bandeirante	3	0	3	0	0
Paranoá	5	0	5	0	0
Planaltina	18	4	14	0	0
Plano Piloto / Cruzeiro	37	4	29	2	2
Recanto das Emas	5	1	4	0	0
Samambaia	5	1	3	1	0
Santa Maria	6	1	4	1	0
São Sebastião	6	1	5	0	0
Sobradinho	9	2	6	1	0
Taguatinga	13	0	12	1	0

Tabela 2: Número de escolas por DRE x Tipo de escolas com projetos catalogados

De acordo com os dados da Escola da Natureza, pode-se verificar que a maior parte dos projetos catalogados é realizada por instituições de Ensino Fundamental (80,8%). A quantidade de projetos das escolas de Ensino Médio é pequena (12,3%). Destaca-se também o número de escolas de Ensino Especial com projetos catalogados, pois é tão a Educação Ambiental é tão importante para a formação de portadores de necessidades especiais quanto para os outros. Os números indicam que, além da quantidade de escolas com projetos de Educação Ambiental ser pequena, a esmagadora maioria dos alunos que participam desses projetos o faz apenas durante um período de sua Educação Básica, o que é claramente insuficiente para que os objetivos propostos de transformação de hábitos consumistas, ensinamento de valores relacionados à preservação da biodiversidade, à vida em meio social sejam cumpridos de forma eficaz. A ausência de projetos de instituições educacionais de Ensino Médio é injustificável, visto que a utilização de Educação Ambiental como tema transversal é prevista pelos documentos que norteiam a Educação no Distrito Federal e no Brasil.

Uma explicação para os números apresentados nas tabelas acima pode ser a falta de formação continuada dos educadores. Educação de qualidade, seja ela Ambiental ou não, passa obrigatoriamente por uma maior qualificação dos profissionais da área. É dever do Governo

Federal e dos Governos Estaduais capacitarem adequadamente seus professores, para que os mesmos assumam uma posição de destaque na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações. Por outro lado, a continuidade de qualificação deve ser objeto de busca incessante por parte do professor, pois é necessário que o mesmo reavalie constantemente suas práticas docentes, visto que, somente a partir da reformulação contínua de seus métodos, é possível acompanhar de forma mais eficaz a construção dos conhecimentos por parte de seus alunos. O Sindicato dos Professores do Distrito Federal organizou no final do primeiro semestre de 2011 o 1º Seminário Ambiental Educação para sustentação da vida, com intuito de capacitar os professores para a utilização de temas ambientais relacionados à sustentabilidade em sala de aula. A Escola da Natureza oferece cursos de capacitação em Educação Ambiental semestralmente. Cabe aos educadores reconhecerem a importância do tema para a transformação social desejada e buscarem a continuidade de sua formação.

Outra explicação seria a ênfase na transmissão da totalidade dos conteúdos programáticos das escolas de Ensino Médio na busca de aprovação de seus alunos nos vestibulares. Tal explicação não se sustenta, visto que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são partes indissociáveis das provas de acesso ao ensino superior atualmente. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) propõe entre seus eixos cognitivos “recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.” (Brasil, 2009, p.1).

Fica claro que primeiramente deve-se mudar a realidade das escolas públicas brasilienses e que a Educação Ambiental receba a primazia necessária para que ocorram as transformações sociais desejadas.

Os projetos cadastrados no catálogo da Escola da Natureza possuem temas diversos. Alguns possuem objetivos definidos e outros possuem mais de um foco de atuação. Os principais objetivos propostos pelos projetos catalogados são o ensino de valores relacionados a atitudes salutaras de vida em comunidade, a criação de hortas escolares, introdução da fitoterapia, a arborização e o paisagismo das escolas e das regiões próximas, destacar a importância dos conceitos 3R (reduzir, reciclar e reutilizar), introdução de alimentação alternativa na merenda escolar, preservação da biodiversidade do bioma Cerrado, criação do hábito de turismo ecológico, preservação dos recursos hídricos da região e ênfase à importância de utilização de fontes alternativas de energia, entre outros.

Destaca-se a inclusão de algumas escolas em projetos conjuntos com outras organizações, como o projeto Furnas nas escolas, realizado pela Escola Classe 302 Norte e a Eletrobrás Furnas, com o objetivo de despertar nos alunos uma conduta nova diante da necessidade de economizar energia. Outro destaque é o Projeto Biguá, que ocorre na Escola Classe Vila Varjão, que busca implementar um plano de gestão ambiental duradouro para a região do Varjão. A Escola Classe 2 da Ceilândia e o Centro de Ensino Fundamental 312 da Samambaia fazem parte do projeto Agenda 21 COM VIDA, que tem como metas desenvolver a Agenda 21 nas escolas e assim acompanhar de forma permanente o ensino de Educação Ambiental. Já a Escola Classe 12 da Ceilândia faz parte do projeto Cerrado em Pauta, que busca fortalecer a rede de eco comunicação no Distrito Federal.

O envolvimento de organizações parceiras da escola impulsiona os projetos, pois as mesmas podem fornecer conhecimentos técnicos, materiais e ajuda financeira para a melhora e perpetuação das ações. Isto se transforma em incentivo para os estudantes, que passam a enxergar outros aspectos dos assuntos tratados.

A variedade e a importância dos temas propostos nos projetos catalogados demonstram a relevância da aprendizagem de EA na Educação Básica. Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o potencial multiplicador de conhecimentos que esta aprendizagem significativa proporciona. A partir do contato dos estudantes com seus familiares e sua rede

social é possível ultrapassar as barreiras da escola e transformar as comunidades em que os alunos estão inseridos.

Conclusão:

Mesmo que se leve em conta a fidedignidade dos dados, é possível afirmar que a Escola da Natureza não foi capaz de fomentar com eficácia a Educação Ambiental nas escolas públicas de Ensino Básico do Distrito Federal. Aproximadamente apenas 20% das escolas públicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal possuem projetos de Educação Ambiental catalogados no principal órgão de incentivo de práticas educacionais ambientalistas, a Escola da Natureza.

Apesar dos problemas apresentados, que não são poucos e nem pequenos, existem escolas públicas que cumprem seu papel pedagógico com grande propriedade. A diversidade de temas ambientais tratados é grande, o que reforça o aspecto multidisciplinar do assunto. Quando realizados com eficácia os projetos pedagógicos de Educação Ambiental proporcionam aos estudantes multiplicar seus conhecimentos para a sua rede social e atingir uma parcela considerável da sociedade.

O incentivo à formação continuada dos educadores é uma boa solução para aumentar o número de projetos ambientais interdisciplinares nas escolas. Ao proporcionar condições, tais como tempo para frequentar os cursos de qualificação e gratificações financeiras por desempenho, o Governo Distrital incentivaria o interesse e a participação dos educadores em projetos de Educação Ambiental. Outra solução seria o aumento das verbas destinadas às escolas públicas e a diminuição da burocracia para a utilização dos recursos financeiros. Muitos projetos são criados e mantidos através da abnegação de seus participantes, a despeito das Diretorias Regionais de Ensino e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Não se defende o fim das restrições das verbas das escolas, mas sim que as mesmas possam ser utilizadas com propriedade assim que a necessidade se faz presente.

O ensino de Educação Ambiental no Distrito Federal está aquém de suas possibilidades e das necessidades preconizadas por aqueles que entendem sua capacidade de ser o motor principal das transformações sociais demandadas para a continuidade da vida humana em um mundo em que os recursos naturais estão sendo consumidos em um ritmo assustador.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MEC/MMA, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Matriz de referência para o ENEM 2009. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>. Acesso em 12.jul.2011.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação. Escola da Natureza. Instituições comprometidas com educação ambiental. Disponível em <http://www.escoladanatureza.com.br/arquivos/CATALOGO%20REA-DF%202010%20-%20versao1.pdf>. Acesso em 10.jul.2011.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria de Organização de Sistema de Ensino. Total de escolas por DRE. Disponível em <http://www.se.df.gov.br/sites/400/402/00002894.pdf>. Acesso em 10.jul.2011.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria de Organização de Sistema de Ensino. Total de escolas por DRE. Disponível em <http://www.se.df.gov.br/sites/400/402/00002894.pdf>. Acesso em 10.jul.2011.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Educação Básica. Diretrizes Pedagógicas. Disponível em http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/pdf_se/publicacoes/diretrizes_pedagogicas.pdf. Acesso em 10.out.2013.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR, Luiz Antônio. Educação Ambiental como Política Pública. Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>. Acesso em 30 jun. 2011.

VALDUGA, Maria Inês. Educação ambiental. Disponível em <http://www.semarh.df.gov.br/semarh/site/lagoparanao/cap12/04.htm>. Acesso em 01.jul.2011.